

DOSSIÊ DEVOÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

doi: [10.25247/paralellus.2024.v15n36.p007-021](https://doi.org/10.25247/paralellus.2024.v15n36.p007-021)

**DEVOÇÃO E POLÍTICA: O CONGRESSO EUCARÍSTICO DE 1939 E
O FORTALECIMENTO DE NARRATIVAS PRÓ-VENCEDORES**

DEVOTION AND POLITICS: THE EUCHARISTIC CONGRESS OF 1939 AND
THE STRENGTHENING OF PRO-WINNER NARRATIVES

DEVOCIÓN Y POLÍTICA: EL CONGRESO EUCARÍSTICO DE 1939 Y EL
FORTALECIMIENTO DE LAS NARRATIVAS PRO GANADORAS

José Afonso Chaves^{*}

Newton Darwin de Andrade Cabral^{**}

Valdemir França Souza^{***}

RESUMO

Este artigo discute a instrumentalização de narrativas históricas, no âmbito do Terceiro Congresso Eucarístico Nacional, realizado no Recife-PE, no ano de 1939, para arregimentar massas em torno da devoção eucarística. Tomando como ponto de partida o próprio tema do evento, a letra do hino e materiais impressos, além de palestras, demonstramos a preocupação institucional da Igreja em manter-se hegemônica, mesmo em tempos de

^{*} Doutor em Sociologia (2010) e Mestre em Ciência Política (2002) pela Universidade Federal de Pernambuco. Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1998). Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: afonso.chaves@unicap.br.

^{**} Doutor e Mestre em História, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco. Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, da qual é Professor Titular, integrante dos colegiados da Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião - PPGCR (Cursos de Mestrado e Doutorado). E-mail: newton.cabral@unicap.br.

^{***} Mestre e doutorando em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP. Graduado em História, também pela UNICAP (2009). Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma instituição. E-mail: valdemir.souza@unicap.br.

estado laico, e a importância de, naquele contexto, alimentar o senso comum de que a formação do Brasil enquanto nação está amplamente ligada à fé católica, omitindo, portanto, a importância dos povos originários e africanos para a formação do Brasil.

Palavras-chave: Devoções eucarísticas, Igreja Católica, Modelos eclesiais, Poder.

ABSTRACT

This article discusses the instrumentalization of historical narratives, within the scope of the Third National Eucharistic Congress, held in Recife-PE, in 1939, to rally masses around Eucharistic devotion. Taking as a starting point the theme of the event itself, the lyrics of the hymn and printed materials, in addition to lectures, we demonstrate the institutional concern of the Church in remaining hegemonic, even in times of a secular state, and the importance of, in that context, feed The common sense that the formation of Brazil as a nation is largely linked to the Catholic faith, therefore omitting the importance of indigenous and African peoples for the formation of Brazil.

Keywords: Eucharistic devotions, Catholic Church, Ecclesiastical models, Power.

RESUMEN

Este artículo discute la instrumentalización de narrativas históricas, en el ámbito del Tercer Congreso Eucarístico Nacional, realizado en Recife-PE, en 1939, para movilizar masas en torno a la devoción eucarística. Tomando como punto de partida la temática del evento en sí, la letra del himno y los materiales impresos, además de las conferencias, demostramos la preocupación institucional de la Iglesia por permanecer hegemónica, incluso en tiempos de un Estado laico, y la importancia de , en ese contexto, alimenta el sentido común de que la formación de Brasil como nación está ligada en gran medida a la fe católica, omitiendo así la importancia de los pueblos indígenas y africanos para la formación de Brasil.

Palabras clave: Devociones eucarísticas, Iglesia católica, Modelos eclesiásticos, Poder.

1 INTRODUÇÃO

A construção de narrativas históricas perpassa, na maioria das vezes, por uma “guerra” de versões em que, infelizmente, o grupo dominante termina por impor a sua “verdade”. Tal relação de poder, por exemplo, disseminou a ideia de que os povos originários existentes por todo continente americano, foram beneficiados com a colonização que os salvou de uma vida subdesenvolvida e distante da salvação eterna. No entanto, como é deveras conhecido, desde a chegada dos primeiros colonizadores foi implantada uma sistemática violência contra os indígenas que, inclusive, ainda são exterminados nos dias atuais.

Quando analisamos a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, por óbvio, percebemos que as palavras revelam certa desilusão por não ter encontrado, a priori, o “substrato da vida” para o Estado mercantilista português – ouro – ou qualquer outro metal precioso. Todavia, o ponto de partida para a implementação do modus operandi da colonização no Brasil, para além da exploração sem medidas das riquezas naturais, foi assim expresso:

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. Quando mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé (Portugal, 1500, p. 20).

O olhar etnocêntrico revelado na carta, de certa maneira já previa o que estava por vir, pois, apesar da exploração mineradora ter sido descartada, a colonização teve início motivada pelo valor do ouro branco. Foi a perspectiva de lucro advindo da indústria açucareira que motivou a instalação dos engenhos que requeriam mão de obra para seu funcionamento. Temos, portanto, o embrião da sociedade brasileira que se resume a um grupo de fidalgos portugueses liderando um projeto de colonização que, ora se dava pela violência “nua e crua”, ora se articulava com alianças que exploravam rivalidades entre grupos nativos para firmar posições de poder. Esses laços, muitas vezes construídos pelo cunhadismo, ajudaram a disseminar a posição dominante, pois, pouco a pouco, criou-se uma simbiose em que, para o indivíduo, já não era mais possível se reconhecer em um ou outro grupo (Ribeiro, 1995, p. 81).

Esse modus operandi, obviamente, também utilizava a catequese como forma de dominação, pois, uma vez catequizados, os indivíduos se tornavam mansos, subservientes e totalmente dispostos a doar a “Deus” suas forças de trabalho para produzir as “drogas do sertão”. Isso, inclusive, gerou a expulsão dos jesuítas do Maranhão por ocasião da Revolta de Beckmam: por que não podemos escravizar os indígenas e os Jesuítas podem? Questionavam os latifundiários locais.

O emprego de nativos em guerras não era algo incomum; muitos registros históricos demonstram que essas pessoas foram levadas a lutar contra inimigos internos ou externos. Podemos citar, por exemplo, o uso de contingentes nativos na guerra pela

expulsão dos holandeses do Nordeste do Brasil que, para além dos interesses político-econômicos, significou a vitória da narrativa cristã católica contra o inimigo “infidel”. Essa violência colonial é, propositalmente, omitida para reforçar a tese de que foi o cristianismo católico o único responsável pela formação do povo brasileiro e é sobre isso que nos debruçamos.

2 MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DA DEVOÇÃO

Quando mencionamos a palavra “congresso”, obviamente nos reportamos a grandes reuniões formais organizadas para discutir determinado assunto com pessoas de notável saber acerca do tema. Essa elementar definição para o termo, no entanto, assume formas específicas a partir do público alvo que se pretende atrair para determinada discussão; assim, temos, por exemplo, congressos políticos, científicos e religiosos.

Quase sempre, os congressos não se limitam a simples debates teóricos sobre determinados assuntos, pois, como tudo que fazemos é político, os resultados das discussões sempre conduzem a uma direção. Nesse sentido, cabe explicar que tais reuniões formais, os congressos eucarísticos no nosso caso específico, são, na verdade, espaços em que são formadas ou reforçadas posições frente a demandas sociais que, por seu caráter dinâmico, podem, por exemplo, ameaçar o domínio de um determinado grupo.

Partindo dessa premissa, observamos a necessidade de realizar congressos para difundir conhecimentos ou ideias específicas acerca de um tema. Sendo assim, quando colocamos a realização desses eventos no contexto político e social do Brasil da primeira metade do século XX, entendemos o porquê dos esforços por sua realização.

A sociedade brasileira estava em marcha de transformação e, inspirada pelos ares da secularização, se afastava paulatinamente da vida religiosa. O país que, até 1822, fora uma colônia, tentava, a partir do golpe militar que instaurou a república, em 1889, acertar o passo. A transição do governo monárquico para o republicano, por si só, ajuda a entender o primeiro impacto produzido na posição hegemônica de que a Igreja se fazia detentora, uma vez que, desde a Constituição de 1824, Igreja e

Estado estavam juntos por força do regime do padroado. Tal fato, entretanto, não pode ser encarado como o princípio do catolicismo no Brasil; na verdade, a imposição do cristianismo católico em terras tupiniquins é um traço marcante do próprio sistema colonial e, portanto, se confunde com a história daquele período. Dessa forma, conseguimos mensurar o tamanho do impacto que representou a adoção do estado laico.

Seguindo uma tendência europeia e motivados a responder às demandas da sociedade brasileira, reafirmando a moral cristã católica, os congressos eucarísticos começaram a ser organizados em âmbito local, regional, nacional e internacional. Era, portanto, a resposta ideal para o momento: manifestar a fé eucarística publicamente como forma de mostrar força, manter a sociedade engajada e, principalmente, evitar ou retardar o surgimento e a disseminação de outras religiões.

A preparação de eventos com tal magnitude gerava grandes mobilizações entre a comunidade de fiéis. Planejamento e organização, arrecadação de fundos, preparação de espaços físicos, hospedagens e grupos de oração mobilizavam, engajavam e aproximava, os leigos católicos, como eram e são chamados os não sacerdotes. Tal fato permite verificar que, ainda por ocasião da preparação dos congressos eucarísticos, as manifestações públicas de devoção já eram estimuladas e se multiplicavam de diversas formas (Cabral et al, 2015, p. 196).

Não fugindo à regra, o Congresso Eucarístico de 1939, realizado na capital pernambucana, nosso objeto de análise, também mobilizou uma significativa fração da sociedade recifense. Essa movimentação de fiéis, entretanto, não pode ser confundida com protagonismo na tomada de decisões. Cada grupo de trabalho estava dividido por funções e coordenado diretamente por sacerdotes que determinavam e supervisionavam as etapas do trabalho.

Nessa mesma lógica de sensibilização popular, observa-se também a inserção dos católicos abastados da sociedade nesses grupos de trabalho. Todavia, a essas pessoas eram reservadas posições de destaque, obviamente, pela capacidade que detinham de atrair recursos e, principalmente, de mobilizar o Estado para a realização de obras públicas que viabilizavam a realização dos eventos.

Tais manifestações públicas de devoção evidenciam a força da instituição, mesmo em tempos de estado laico, a capacidade de mobilização de pessoas de diferentes extratos sociais e, assim, reforçam a narrativa de que a formação da sociedade brasileira está intimamente ligada ao catolicismo.

3 MODELOS CIVILIZATÓRIOS

Para além da “simples” manifestação pública de fé, os congressos eucarísticos necessitavam alinhar o discurso com as pautas que, na época, a Igreja defendia institucionalmente. Quando olhamos para fins do século XIX até meados do século XX, por exemplo, vamos encontrar um mundo onde as transformações nem sempre eram aprovadas pela cúpula romana que, incomodada, precisava “fazer frente” às novas circunstâncias. Assim, a montagem de um evento com a magnitude de um congresso eucarístico, exigia um duplo exercício: alinhar a manifestação pública de fé ao que defendia a Igreja na época, adaptando as atividades ao que a própria instituição julgava pertinente enfatizar em cada uma das realidades dos locais de realização. Trata-se, em outras palavras, de uma preocupação estratégica com os temas mais sensíveis aos cidadãos médios que precisavam, antes de tudo, ser sensibilizados para chegar à conversão ou reconversão.

Analisando a realidade específica do Brasil da primeira metade do século XX, constatamos a permanência de uma estrutura político-social tão opressora quanto no século XIX. Ocorre que a Igreja, a nosso ver, não parecia se preocupar com tais problemas, embora, por outro lado, envolvesse toda sua energia para neutralizar o “comunismo ateu” que se espalhava mundo a fora (Pio XI, 1937, p. 1). Ora, onde estavam esses ateus indesejáveis? Essas pessoas, normalmente, estavam reunidas em associações de trabalhadores, camponeses e urbanos, movimento feminista e grupos religiosos que, mesmo após a adoção do estado laico, precisaram migrar para a periferia das cidades para fugir de perseguições.

A severa repressão ao funcionamento de centros espíritas que, embora licenciados, se desviavam da sua finalidade e o fechamento de inúmeros outros onde se praticava o baixo espiritismo e a proibição do funcionamento das seitas africanas e da prática de ciências herméticas, cassada todas as licenças anteriormente expedidas (Apeje, 1939).

Sem grandes preocupações sociais, que criavam pontos de tensão por todo o país, os congressos eucarísticos buscavam, por meio da instrumentalização da devoção, garantir a hegemonia católica frente ao que considerava ameaças. Para chegar a esse objetivo, “os fins parecem ter justificado os meios”, pois um modelo de comportamento social foi adotado para “moldar” a população e, obviamente, conservá-la engajada a uma religião que a mantinha sob controle. Essa “moral católica”, portanto, afastava a população de toda e qualquer discussão que contestasse a realidade, ou seja, temos, em uma dimensão diferente do que se viu nos tempos do estado laico, a Igreja, para defender os seus interesses, se colocando a serviço ou se aproximando das classes dominantes. Tal fato se comprova, por exemplo, quando nos deparamos com um telegrama enviado pelo então Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Miguel de Lima Valverde, a todos os interventores da ditadura estadonovista, convidando-os a participar do evento:

Communico a V. Excia. realização do III Congresso Eucarístico Nacional nesta cidade, de três a sete de setembro próximo. Teria grande satisfação se o Estado que V. Excia. preside, se fizesse representar (Annais, 1939, p. 27).

Temos, portanto, uma óbvia aproximação, a qual, ao que parece, não apresenta preocupações com a situação do “rebanho”, excetuando a de mantê-lo unido.

Quando lançamos um olhar sobre os congressos eucarísticos realizados no Brasil durante a primeira metade do século XX, observamos que, de um modo geral, todos assumem a narrativa civilizatória da colonização. Um exemplo importante está no 36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro em 1955. Tal importância se justifica por ter sido um evento internacional sediado na então capital federal e que contou com a participação, seja na participação ou organização, de importantes nomes do episcopado nacional, como Dom Helder Câmara. Os diversos registros sobre os dias de “fervor eucarístico” que viveu a capital federal à época, ajudam a perceber, com relativa nitidez, o que estamos tentando demonstrar:

A concepção do altar do congresso foi das mais felizes. A vela foi inspirada nas caravelas de Pedro Álvares Cabral, que primeiro trouxeram a Fé às terras de Santa Cruz (Manchete, N. esp., 1955, p. 36).

O evento de 1955, apesar de importante para nossa compreensão acerca da sistemática difusão do discurso que associava a Igreja à ideia de civilização do Brasil, não foi o único a fazê-lo com tanta ênfase. Dezesesseis anos antes, o 3º Congresso Eucarístico Nacional, realizado no Recife, aglutinou estratégias para a manifestação pública da fé eucarística, arregimentou forças do Estado para a preparação dos espaços a serem usados e para a ampla difusão de uma “tutela” cristã que civilizara o Brasil.

O tema escolhido para o Congresso “A Eucaristia e a vida cristã”, a priori, não fornece, diretamente, uma impressão do que realmente estava em jogo nos bastidores daquele e dos tantos outros eventos da mesma natureza. Todavia, uma análise cuidadosa das minúcias de sua montagem permite perceber o que realmente se esperava, como resultado prático, de uma reunião daquela magnitude. A “vida cristã” que aparece com ares generalistas no tema do congresso, começa a ganhar forma quando observamos as seguintes teses teológicas preparadas para serem defendidas nas sessões solenes que compuseram o evento:

Influência tradicional e histórica na formação da pátria, em particular em Pernambuco [...] O Estado sem Deus proclamando o laicismo, contra os direitos de Christo que há de reinar pela Eucharistia (Annais, 1939, p. 50).

É necessário ressaltar que o evento em questão aconteceu em 1939, ou seja, no ano em que o Brasil completou meio século da vigência do Estado republicano.

A estratégia para seguir arregimentando fiéis e, óbvio, mantendo a hegemonia no seio social, apesar de bem adaptada à realidade local, não é nova. Suas origens remontam aos tempos em que se falava dos “direitos divinos dos reis” ou “monarquia do direito divino”. No período que se convencionou chamar de “Estados Modernos”, a Igreja legitimava a coroação dos monarcas europeus e toda a sorte de excessos permitidos pelo absolutismo, em troca da manutenção de seus poderes. Face a mudança dos tempos e contexto, o rei enviado por Deus já não existia, daí a ideia de coroar seu filho, Cristo, para perpetuar os privilégios da casta clerical.

O melhor roteiro para chegar a tais objetivos, portanto, estava na manipulação das narrativas históricas que associavam a fé católica ao embrião que originou a

pátria. Nessa perspectiva, eram omitidos todos os métodos utilizados para impor o catolicismo nas colônias portuguesa e espanholas.

4 MARKETING ECLESIAÍSTICO

Definida a estratégia argumentativa para reacender a fé eucarística nas pessoas, a partir da manipulação dos fatos históricos que dão conta de verdadeiros massacres ocorridos nos tempos da colonização, chegava a hora de definir os métodos a serem usados.

Seguindo uma longínqua tradição no meio católico, os hinos sempre foram importantes transmissores de mensagens para o povo que, pelo método da repetição, assimila o que se pretende transmitir. Tal recurso litúrgico, inclusive, continua sendo importante e, para os congressos eucarísticos, sempre foram deveras eficientes. Para o evento ocorrido no Recife, esta lógica não foi superada, sobretudo porque na década de trinta do século XX, o rádio era o meio de comunicação de maior amplitude no Brasil.

A composição da letra escolhida para o hino ficou a cargo de Dom Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá que, entendendo a estratégia teológica do evento, melhor associou a formação do Brasil à fé eucarística:

Aos Clarins do Congresso Sagrado Pernambuco se ergueu varonil E
o Recife se fez lado a lado Catedral onde reza o Brasil. Eia sus! Oh
leão do norte Ruge ao mar o teu grito de fé Creio em ti Hóstia Santa
até a morte Quem não crê brasileiro não é (Annais, 1939, p. 36).
Grifo dos autores.

O caráter elucidativo dos versos permite enxergar o quão empenhados estavam os organizadores do evento com a difusão da ideia de que o nosso país já nasceu católico. Tal versão, no entanto, omite o fato de que os povos originários habitavam as terras do atual Brasil, desde o período que se convencionou chamar de Pré-história. Associar a crença católica à condição de brasileiro, nesse contexto, também significava ignorar toda a complexidade religiosa dos povos que aqui viviam. Nega-se, portanto, as lutas que esses povos travaram para resistir à colonização que, com anuência e contribuição da Igreja, impôs, violentamente, um novo modo de vida aos povos dominados. Nessa ilusão de um Brasil que só existe a

partir do catolicismo, também é omitido todo o processo de escravização dos povos africanos que, sob o argumento de uma guerra justa, foram capturados, trazidos compulsoriamente para o Brasil e desumanizados pelo trabalho escravo (Azzi, 2008, p. 28).

A ideia de um país construído a partir da fé católica, contudo, aparece, por extensão, na tentativa de desconstrução do laicismo. Desacreditar o princípio da laicidade em benefício de uma sociedade cristã seria, na visão dos congressistas, a única maneira de desenvolver o Brasil. Desta feita, o argumento seria o de que os católicos salvaram as pessoas que aqui viviam de uma vida pagã e subdesenvolvida. Ou seja, voltamos ao que relatou Pero Vaz de Caminha.

Os materiais que compuseram a identidade visual do congresso, escudo, cartazes e selo, também se coadunam com a mesma lógica usando todo design disponível na época para ligar, diretamente, a fé eucarística à história do Estado:

Anúncios e propagandas que chegavam aos corações dos fiéis eram como chamas que ardiem, pois, para além de uma festa religiosa, tratava-se, também, de uma manifestação cívica, uma vez que eram feitas constantes alusões à luta dos pernambucanos contra os holandeses pela reconquista da terra e libertação do seu povo das mãos opressoras, que eram estrangeiras e não católicas. Podemos constatar a convergência das dimensões cívica e religiosa ao analisarmos, entre outras expressões, o escudo oficial do Congresso (Cabral *et al*, 2015, p. 212).

O escudo, amplamente divulgado entre a população, foi montado com a imagem de um leão – habitualmente relacionado a Pernambuco, como leão do norte – segurando o ostensório.

Figura 01
Escudo do III Congresso Eucarístico Nacional



Fonte: Annais, 1939, p. 256.

Essa imagem, por si só, já é capaz de transmitir, mesmo para os não alfabetizados, a tese da justaposição entre os movimentos de resistência e insubordinação da história de Pernambuco com a Igreja:

O distintivo do III Congresso Eucharístico Nacional lembra uma página expressiva e gloriosa da História de Pernambuco: a invasão dos Holandeses, a luta pela reconquista da terra e a expulsão dos invasores. Dahi a divisão do escudo em três partes: na inferior vê-se um trecho da costa, já mui conhecida dos piratas e flibusteiros e agora alvo da cobiça dos conquistadores; a parte do centro apresenta um leão heráldico, sustentando na Custódia a Divina Eucharistia, symbolo do povo que saiu a campo contra os invasores com a bravura indômita e generosa do leão, para manter fidelidade a seu Deus e seu Rei (Annais, 1939, p. 34).

A imponente imagem do leão segurando o ostensório com o oceano ao fundo funciona, portanto, como uma ponte simbólica, ou um elo entre o mundo que se autodenominava desenvolvido, por ser cristão, e as subdesenvolvidas terras coloniais que, habitadas por pessoas a serem “salvas”, eram disputadas por povos que a Igreja considerava infiéis.

Reconhecer que a história do Brasil Colônia está intimamente ligada com a Igreja é uma questão de coerência: todavia, este processo carece por colocá-la no seu verdadeiro lugar como instituição a serviço do colonialismo.

Na mesma linha do que propunha o escudo oficial do congresso, temos o interessante exemplo do selo postal lançado em alusão ao evento. Neste material, o leão foi substituído pelo

antigo farol do quebra-mar do Recife, a iluminar a cidade, reflectindo a sua luz sobre uma Custódia cercada de resplendores, lendo-se através dos raios de luz a seguinte inscrição: Venite adoremus! (Annais, 1939, p. 44).

Toda essa construção simbólica foi cuidadosamente pensada para, em um simples selo, deixar a mensagem de que o Brasil era uma terra carente pela luz advinda do catolicismo e que, portanto, não poderia viver sem ela.

Figura 02
Selo do III Congresso Eucarístico Nacional



Fonte: Annais, 1939, p. 44.

Outros documentos impressos, como postais e panfletos, foram amplamente produzidos e distribuídos à população, antes e depois do evento. Dessa forma, chegamos à conclusão de que não se trata de elementos isolados que denotam a participação de uma ala conservadora no congresso. Ao contrário, trata-se de uma posição institucional que pode ser observada em vários eventos da mesma natureza.

Seguindo rigidamente a mesma estratégia, as palestras, estudos coletivos e conferências defenderam a tese de o Brasil ser fruto da fé cristã católica. Essas reuniões eram separadas por segmentos sociais, permitindo um maior direcionamento dos discursos para cada grupo; por outro lado, serviam como disfarce ideal para as visíveis desigualdades. Apesar da divisão, tudo caminhava em direção ao mesmo objetivo que, inclusive, estava na pauta de interesses da ditadura do Estado Novo. Tal fato, portanto, ajuda a compreender, com maior profundidade, a participação de tantas autoridades civis em um evento religioso.

A defesa da participação das pessoas na vida religiosa, dos sacramentos, da família e o repúdio a tudo que estivesse fora do que a Igreja julgava adequado compuseram o previsível enredo das palestras. Este jogo de eloquência alternava os argumentos conforme a divisão dos grupos; contudo, o constante diferencial em todos os momentos era a ênfase na ideia de que foi a Igreja católica que salvou o Brasil do paganismo indígena e do protestantismo do invasor holandês e que, novamente, o salvaria da secularização.

O Arraial do Bom Jesus com a epopeia de seus guerrilheiros irreductíveis; o Monte da Tabocas com o triunfo quase definitivo dos insurgentes pernambucanos contra o holandês tenaz; - as batalhas dos Guararapes culminadas na capitulação da Campina do Taborda, - são índices gloriosos da reação nativa, latina e Christã, contra a Mauricéia invasora, flamenga e herética (Annais, 1939, p. 94).

O ápice da, intencional, confusão entre civilismo e religião ocorreu quando, no último dia do evento – não aleatoriamente um 7 de setembro –, foi celebrado o triunfo eucarístico e da pátria. A memória desses eventos, incluindo seus legados na infraestrutura da cidade, ajuda a perceber como parte da Igreja se conserva até hoje com os olhos voltados para o conservadorismo que segue desafiando o princípio da laicidade do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Congressos Eucarísticos, desde sua criação e incorporação institucional pela Igreja, foram concebidos como alternativas viáveis para responder, por meio da conversão ou reconversão, às adversidades impostas pela secularização. Todavia, quando analisamos com mais profundidade a temática proposta, percebemos que

esses “ventos de mudança”, não são capazes de justificar todos os motivos que levaram a instituição a investir tão fortemente na realização de tais eventos.

Analisando o Brasil do início do século XX, constatamos um processo de transformação iniciado ainda em fins do século XIX. Neste panorama, destacamos a longa e penosa abolição do trabalho escravo que, ao fim e ao cabo, não criou condições de inserção social para os ex-escravizados; a ruptura dos militares com a monarquia e o nítido sinal de desgaste na relação entre Igreja e Estado que culminou com a prisão de dois Bispos: D. Antônio de Macedo Costa e D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispos do Pará e Olinda, respectivamente (Fausto, 2001, p. 229). Como ápice dessas mudanças, temos a proclamação da república que, conseqüentemente, trouxe a adoção do Estado laico, atingindo frontalmente a posição que a Igreja detinha, desde a colonização.

Esse cenário, por óbvio, soava desfavorável para a Igreja que, separada do Estado, passou a buscar formas de manter sua hegemonia. Assim, temos na realização de Congressos Eucarísticos uma importante ferramenta para atingir seus objetivos. Tal fato explica, portanto, o padrão aplicado para mobilizar, divulgar e persuadir fiéis em diferentes eventos frequentemente realizados no Brasil, mesmo que com anos de intervalo.

Não fugindo à regra, temos, no caso específico do Terceiro Congresso Eucarístico de 1939, realizado no Recife, o uso exacerbado de narrativas que, distorcidas, colocavam a Igreja na função de redentora de um povo pagão e atrasado. Esse discurso em prol dos vencedores, isto é, em defesa dos que conduziram a imposição da cultura cristã no Brasil, apresenta-se com uma dupla função: mascarar a brutalidade da colonização e massificar a ideia do catolicismo como único caminho para a salvação, evitando a proliferação de outras religiões. Trata-se, portanto, de uma intensa disputa por poder que, inclusive, ressoa nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

ANNAIS do Terceiro Congresso Eucarístico Nacional. Recife: *s.n.*, 1940.

APEJE - SDI Secção de documentos impressos. **O governo de Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública**, 1939. Exposição Nacional de PE - 1940 - Recife - Imprensa Oficial - 1939. In: CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Perseguida por Agamenon Magalhães: marcas de memória de uma mãe de santo pernambucana. **Symposium**, Recife, v. 1, número especial, p. 65-70, 1999.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Santuário, 2008.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade; PINA NETA, Lucy; SILVA, Cícero Williams da. Três momentos de uma só fé religiosa e cívica: os Congressos Eucarísticos internacional do Rio de Janeiro (1955), nacional do Recife (1939) e diocesano de Mossoró (1946). In: BRANDÃO, Sylvana; CABRAL, Newton Darwin de Andrade (orgs.). **História das religiões no Brasil, vol. 7**. Recife: AIP; Carpe Diem, 2015. p. 195-233.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

MANCHETE. **XXXVI Congresso Eucarístico Internacional**. Rio de Janeiro: Bloch Edições, 1955. Número especial.

PIO XI. **Divini Redemptoris**. Vaticano, 1937. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PORTUGAL. Torre do Tombo. **A carta de Pero Vaz de Caminha**, 1500. Disponível em: <https://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta_pvcaminha/index.html>. Acesso em: 26 jun. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.